




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara


(Pedro Pimpão)

CONCURSO PÚBLICO

**CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OCASIONAIS DE
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (ALUGUER DE VIATURAS
PESADAS DE PASSAGEIROS COM MOTORISTA)**

CADERNO DE ENCARGOS



PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1º

OBJECTO

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a contratação de serviços ocasionais de transporte de passageiros (aluguer de viaturas pesadas de passageiros com motorista), conforme descrito na Parte II do presente caderno de encargos.

ARTIGO 2º

CONTRATO

1- O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

ARTIGO 4º

DURAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços vigorará após a assinatura do contrato até ao montante máximo de € 120.000,00 (cento e vinte mil euros), acrescido do IVA, ou até ao final do ano de 2019, consoante o que ocorra em primeiro lugar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

ARTIGO 5º

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de cumprimento do estipulado no presente caderno de encargos.

2- A título acessório, o prestador de serviços, fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

ARTIGO 6º

PRAZOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O serviço competente da autarquia requisitará os serviços ao adjudicatário, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 horas, salvo em casos pontuais em que tal não se afigure possível por motivos imprevistos.

3- Em caso de avaria de algum equipamento instalado pelo adjudicatário no âmbito do presente procedimento, este obriga-se a substituir e/ou reparar o mesmo, sem custos para o Município de Loulé.

4- A substituição e/ou reparação de equipamentos prevista no nº3 tem de ocorrer no prazo máximo de 24 horas após comunicação do pedido ao adjudicatário, e será efectuada através de equipamento equivalente caso se opte pela sua substituição.

ARTIGO 7º

SIGILO

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da entidade adjudicante.

ARTIGO 9º

PREÇO CONTRATUAL

1- Pela prestação de serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços de acordo com os



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte (combustíveis, seguros, despesas do(s) motorista(s), portagens, taxas, etc.).

ARTIGO 10º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1- As quantias devidas por cada serviço pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 60 dias após a recepção das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.

2- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o termo do serviço requisitado e desde que este tenha ocorrido em conformidade com o caderno de encargos.

3- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

ARTIGO 11º

SANÇÕES CONTRATUAIS

1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Quando ocorra atraso no início da execução do serviço será aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o tempo de atraso relativamente ao solicitado que corresponderá a 2% (dois por cento) do valor correspondente ao total do serviço a facturar por cada bloco de 10 minutos de atraso;

b) No caso de incumprimento do solicitado no ponto 6 da parte II do presente Caderno de Encargos, o contraente público irá exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar nos seguintes termos:

- Aplicação de uma pena pecuniária no valor que corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor total da eventual facturação dos serviços não efectuados;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

2- O valor da penalidade pecuniária a aplicar é creditado a favor da Autarquia ou deduzido ao preço a pagar pelo serviço.

ARTIGO 12º

FORÇA MAIOR

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Rimpão)

ARTIGO 13º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) quando se verifiquem incumprimentos, ou seja ausência de execução de serviços solicitados e confirmados, em 3 (três) serviços seguidos ou 5 (cinco) interpolados.
- b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 14º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

ARTIGO 15º

SEGUROS

É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos e seguro, dos seguintes casos:

- a) Morte ou invalidez permanente;
- b) Despesas de tratamento e internamento;
- c) Incapacidade temporária absoluta.

ARTIGO 16º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 17º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 18º

PREÇOS BASE

Devem ser considerados como preços base do procedimento (preços máximos) os seguintes:

- € 2,00 (dois euros) no caso dos preços unitários por Km;
- € 500,00 (quinhentos euros) no caso dos preços mínimos diários.

ARTIGO 18º

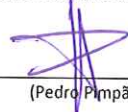
FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

ARTIGO 19º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS

1- Esta autarquia pretende proceder à contratação de serviços ocasionais de transporte de passageiros (aluguer de autocarro com motorista), variando as distâncias percorridas, tempos de utilização e lotação de veículos.

2- Os autocarros a alugar terão que obrigatoriamente cumprir os seguintes requisitos:

- Possuírem sistemas de climatização (ar condicionado e aquecimento) a funcionar em boas condições;
- Possuírem cintos de segurança (cintos de três pontos, de preferência);

3- Qualquer requisição de Autocarros por parte da Autarquia, no âmbito deste procedimento, pressupõe utilizações reflectidas nos quadros abaixo:

QUADRO I

SERVIÇOS REGIONAIS (*1)

CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (*2)	PREÇO KM/VIATURA		PREÇO MÍNIMO DIÁRIO/VIATURA
	TIPOS DE VIATURA		
	49 Lugares	55 Lugares	
Até 5 Horas	a) 4%	b) 3%	c) 15%
De 5 a 10 Horas	d) 2%	e) 2%	f) 10%
De 10 a 16 Horas	g) 1%	h) 1%	i) 5%

(*1) – Serviços realizados na Região do Algarve;

(*2) – Duração do serviço (Nota: Se o serviço exceder 16 horas considera-se o excedente como 2.º dia).

QUADRO II

SERVIÇOS NACIONAIS (*1) E INTERNACIONAIS

CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (*2)	PREÇO KM/VIATURA			PREÇO MÍNIMO DIÁRIO/VIATURA
	TIPOS DE VIATURA			
	43 Lugares	49 Lugares	55 Lugares	
Até 5 Horas	j) 2%	l) 5%	m) 5%	n) 4%
De 5 a 10 Horas	o) 2%	p) 7%	q) 7%	r) 2%
De 10 a 16 Horas	s) 2%	t) 10%	u) 10%	v) 1%

(*1) – Serviços que excedem, quanto ao percurso, os serviços regionais;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

(*2) – Duração do serviço.

Nota 1: Se o serviço exceder 16 horas considera-se o excedente como 2.º dia;

Nota 2: Se o serviço se prolongar por 2 ou mais dias é aplicável o preço/Km total ou o mínimo diário viatura x n.º de dias.

4- O preço mínimo diário por viatura de cada serviço é exclusivamente aplicável quando o resultado da multiplicação do preço quilómetro por viatura pelos quilómetros percorridos pela viatura após a divisão pelo número de dias do serviço for inferior ao referido preço mínimo diário por viatura, ou seja, quando:

$$\frac{A \times B}{C} < \text{Preço mínimo diário}$$

em que:

A = Preço por quilómetro percorrido por viatura;

B = Número de quilómetros do serviço da viatura;

C = Número de dias de serviço

5- O adjudicatário deverá estar apto para efectuar o Transporte Colectivo de Crianças nos termos da legislação actualmente em vigor, ou seja, deverá possuir viaturas e motoristas certificados para este efeito.

6- O adjudicatário deverá ter capacidade para executar, com alguma frequência, 12 (doze) ou mais serviços de transportes em simultâneo (ou seja, serviços efectuados com doze ou mais viaturas pesadas de passageiros em simultâneo), sob pena de serem aplicadas as penalidades referidas no artigo seguinte.

7- Os valores agora fixados, serão válidos durante a vigência do contrato.

8- As requisições de transporte serão feitas por fax ou por correio electrónico do qual constará a hora e o local de embarque, trajecto, n.º de passageiros, etc., e a facturação feita nos termos aí explícitos.

9- No valor do transporte a efectuar, deverá estar incluído os encargos com o seguro dos passageiros que cubra:

- Morte ou invalidez permanente;
- Despesas de tratamento e internamento;
- Incapacidade temporária absoluta.

10- Em caso de avaria, greve ou acidente durante a viagem, a adjudicatária será directamente responsável pela colocação no destino e / ou no local de partida de todos os passageiros que transportava, com o mínimo de atrasos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

sobre a hora prevista de chegada, sendo a transportadora responsável por perdas e danos sofridos pelos passageiros que as invoquem, face aos eventuais atrasos.

11- Sempre que se verifiquem avarias durante a viagem com imobilização igual ou superior a 1 hora, caberá à adjudicatária a substituição do autocarro para prosseguir a viagem. Se na hora subsequente não chegar veículo alternativo a Autarquia encarregar-se-á de requisitar cujo pagamento será deduzido da facturação.